

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARMÓPOLIS DE MINAS

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, às dezoito horas e trinta minutos, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, em sua sede, situada na Rua Dorvelino Rabelo Costa, nº 38, Centro, sob a presidência do Vereador Claudinei Vicente da Silveira, sendo secretariada pelo Vereador Fernando Luís Rabelo Lebron. Estiveram presentes os Vereadores Benedito Luiz da Silva, Gustavo Henrique Oliveira, Gilberto Arnaldo de Freitas, João Vitor Leite Rabelo, Marcelo de Freitas dos Reis, Palmério Alex Castro Ferreira, Rafael Batista dos Reis, Sérgio Damião Morais e Tirzah Teixeira de Freitas, conforme assinaturas constantes no Livro de Presenças. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão, iniciando os trabalhos com a oração do Pai-Nosso. Na sequência o Secretário, com fundamento nos §§ 1º e 3º do art. 96 do Regimento Interno, solicitou a dispensa da leitura das atas, justificando que são extensas e já foram disponibilizadas previamente aos vereadores por meio eletrônico. Submetido o pedido ao Plenário, foi aprovado por sete votos favoráveis e três contrários, sendo contrários a vereadora Tirzah Teixeira de Freitas e os vereadores Palmério Alex Castro Ferreira e João Vitor Leite Rabelo. Em seguida, a ata da reunião ordinária e extraordinária do dia 22 de abril, foram colocadas em votação, sendo aprovadas por unanimidade. Na sequência, foi realizada a leitura das correspondências recebidas: ofício 76 do Gabinete do Prefeito em resposta ao requerimento 76, ofício 105 da Secretaria de Assistência Social em resposta ao requerimento 71, ofício 178 do Gabinete do Prefeito em resposta ao requerimento 74 e 75. 4. Posteriormente foi apresentada a Emenda Modificativa nº 01 ao Projeto de Resolução nº 02/2026 - Autoria: Ver. João Vitor Leite Rabelo, Verª Tirzah Teixeira de Freitas e Ver. Palmério Alex Castro Ferreira e a Emenda Aditiva nº 02 ao Projeto de Resolução nº 02/2026 - Autoria: Ver. João Vitor Leite Rabelo, Verª Tirzah Teixeira de Freitas e Ver. Palmério Alex Castro Ferreira. Também foram apresentados os requerimentos 110, 111 e 112 A Emenda Modificativa nº 01, a Emenda Aditiva nº 02 ao Projeto de Resolução nº 02/2026 e o Projeto de Resolução nº 02/2025: “Dispõe sobre a criação e o funcionamento da Ouvidoria Parlamentar da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas/MG”. Autoria: Mesa Diretora, foram retirados de pauta. Na segunda parte da reunião foi colocado em votação em 2º turno do Projeto de Lei Complementar Nº 04, de 10 de abril DE 2026 – “Concede Revisão Geral Anual dos vencimentos dos servidores públicos municipais da Administração Direta e Autárquica para o exercício de 2026. de autoria do Poder Executivo, o qual foi aprovado por unanimidade. Fez o uso da Tribuna Sebastião Natalino – Mestre de Capoeira, que na oportunidade abordou assuntos referentes ao grupo de Capoeira “Arte Encanto”. Após a palavra foi concedida aos vereadores para falarem sobre assuntos de interesse público. Com a palavra a Vereadora Tirzah por se tratar da última reunião do mês de abril, destacou a audiência pública realizada na Casa sobre o Abril Inclusivo. Disse que foi uma reunião extremamente produtiva, que trouxe diversos temas importantes a serem acompanhados pelos vereadores. Lamentou a ausência de representantes do Poder Executivo, ressaltando que ali foram apresentadas demandas muito relevantes. Afirmou que os vereadores estavam comprometidos com as melhorias necessárias, especialmente no que diz respeito à valorização dos profissionais da educação, professores que precisavam estar nos cargos adequados e monitores que atuavam como estagiários. Registrou também as contribuições do grupo

Florescer, da Anterap e a presença do Conselho Tutelar, que enriqueceram o debate. Mencionou questões urgentes, como a necessidade de psicopedagogas em todas as escolas, sendo apenas três para seis unidades e a pauta da volta do CRAE, que precisava ser tratada com prioridade. Trouxe ainda uma demanda urgente relacionada ao cemitério do bairro Cachoeirinha. Informou ter recebido a notícia de que não havia mais disponibilidade de túmulos para comercialização, classificando a situação como extremamente grave. Destacou que já havia protocolado requerimento sobre o tema e reforçou a necessidade urgente de planejamento para um novo cemitério em Carmópolis de Minas. Também mencionou a necessidade de solução definitiva para a reforma do velório municipal, afirmando que a situação permanecia precária, com calor excessivo e estrutura inadequada, o que considerou desumano para as famílias naquele momento de dor. Cobrou novamente o cumprimento da lei de transparência da fila do SUS, afirmando ser inaceitável que a lista ainda não tivesse sido publicada. Ressaltou que estavam finalizando o mês de abril sem que a população tivesse acesso a essas informações e citou relatos de crianças aguardando há mais de um ano por consultas especializadas. Na área da saúde, informou que havia destinado uma emenda no valor de 30 mil reais para ações voltadas à saúde da mulher, incluindo mamografias, atendimentos ginecológicos, cirurgias de endometriose, tratamento de varizes e ultrassonografias. Orientou as mulheres a procurarem a Secretaria de Saúde para acesso aos serviços. Relatou ainda que, em visita a Brasília no ano anterior, esteve no gabinete do senador Cleitinho, onde conseguiu a destinação de 250 mil reais para a atenção primária em saúde. Informou que o recurso se encontrava em fase final de liberação e que deveria chegar ao município no mês de maio. Prosseguindo sobre a situação do trânsito em Carmópolis de Minas, afirmou que se tratava de um cenário extremamente complicado. Destacou o aumento no número de acidentes, mencionando que, naquele final de semana, além de um caso já citado, havia ocorrido outro nas proximidades da Praça dos Passos. Defendeu que a implementação da Carmotrans precisava ser realizada com urgência, ressaltando que o município carecia de um engenheiro de trânsito para organização adequada do fluxo viário. Relatou que, antes do início da reunião, havia conversado com outros vereadores sobre a situação das placas na Avenida Franklin Lopes do Amaral, nas proximidades de onde funcionava o Banco Bradesco. Apontou que a sinalização estava incompleta, o que contribuía para o desrespeito às regras de proibição de parada e estacionamento, comprometendo o fluxo de veículos. Chamou atenção também para os riscos relacionados aos semáforos, destacando a ausência de sinalização horizontal nos cruzamentos, como a pintura no solo, essencial para orientar condutores e pedestres. Mencionou ainda a necessidade de intervenções na região da Praça do Carmo, especialmente no cruzamento onde ocorreu um acidente, bem como na via que dá acesso à antiga Rua Formosa, indicando a urgência de reforço na sinalização horizontal e na instalação de placas. Apontou outros pontos críticos no município, como a esquina próxima à empresa Troia Parafusos, classificando-a como extremamente perigosa. Diante desse cenário, reforçou que a Comissão de Trânsito precisava se atentar à gravidade da situação e cobrar maior agilidade na realização das intervenções necessárias. Destacou que os processos licitatórios estavam demorando excessivamente, o que vinha comprometendo a execução de ações importantes no município. Reforçou novamente a situação dos semáforos, apontando que havia equipamentos parados e outros sem utilização adequada, enquanto os pedestres

continuavam sem tempo específico para travessia. Ressaltou que a dinâmica atual dos sinais gerava confusão, deixando o pedestre desorientado e exposto a risco iminente de atropelamento. Retomou também a questão da lei aprovada na Casa referente à gestão dos fios e à responsabilização das empresas, afirmando que nenhuma medida havia sido implementada até o momento. Destacou a ausência de divulgação, por parte da Prefeitura, de canais de comunicação para que a população pudesse acionar providências. Citou novamente a situação crítica na Avenida Franklin Lopes do Amaral, no trecho entre as ruas Maria Cirilo e Luís Alves, onde a fiação se encontrava amarrada a uma residência, oferecendo risco, além de mencionar que o problema se repetia em diversos outros pontos da cidade. Diante disso, afirmou que a Casa Legislativa vinha aprovando leis, mas que estas não estavam sendo cumpridas, o que considerou extremamente preocupante. Defendeu que, se as leis aprovadas não são executadas, há uma falha grave na gestão pública. Sugeriu, então, que a própria Casa Legislativa promovesse um estudo, em conjunto com o setor jurídico, reservando um momento para analisar as principais leis aprovadas na atual legislatura e nos últimos cinco anos, com o objetivo de fortalecer a cobrança ao Executivo quanto ao seu cumprimento. Para finalizar, informou que estaria em viagem a Brasília naquela semana, onde participaria de um evento da União dos Vereadores do Brasil. Destacou a importância da presença de vereadores na capital federal, mencionando que, em viagem anterior, havia conseguido pleitear recursos no valor de 250 mil reais para o município. Acrescentou que, além da participação em treinamentos, teria reuniões agendadas com o objetivo de buscar novos recursos para Carmópolis de Minas. Logo após o Vereador Fernando abordou a questão da emenda impositiva destinada à realização de exames voltados à saúde da mulher, destacando que seu questionamento surgiu a partir de relato recebidos de duas mulheres que o procuraram. Segundo informou, elas estiveram em uma clínica para agendar exames de ultrassom para seus filhos, e não para si próprias. Relatou que, ao buscarem o atendimento, foram informadas de que havia disponibilidade de vagas no mesmo dia, porém apenas para mulheres, não sendo possível o agendamento para os filhos. Diante disso, esclareceu que seu questionamento não era contrário à emenda da vereadora, mas sim à lógica adotada no atendimento. Pontuou que, havendo vagas disponíveis e pessoas necessitando de atendimento, não faria sentido restringir o acesso com base em gênero ou público, especialmente em se tratando de saúde. Ressaltou que uma das mães demonstrou indignação com a situação, reforçando que, como mãe, a preocupação com a saúde do filho era ainda maior. Afirmou não saber se a restrição estava diretamente relacionada à emenda impositiva ou a alguma decisão administrativa, mas destacou a necessidade de esclarecimento. Questionou, inclusive, como seria a situação em um caso mais grave, caso um paciente do sexo masculino necessitasse urgentemente do exame e não pudesse ser atendido devido à limitação. Reconheceu a importância das políticas públicas voltadas à saúde da mulher e à promoção da igualdade, mas enfatizou que, no âmbito da saúde pública, o atendimento deve priorizar a necessidade do paciente, independentemente de gênero, idade ou qualquer outra condição. Defendeu que, em programas específicos financiados por recursos destinados a determinado público, a priorização pode ser compreensível. No entanto, no atendimento cotidiano, considerou inadequada qualquer forma de distinção que impeça o acesso de quem precisa. Após a vereadora Tirzah relatou que, em momento anterior, havia sido procurada por algumas mulheres que

necessitavam realizar exames de ultrassom com urgência, mas que não conseguiram acesso ao serviço. Destacou que, à época, havia inclusive dificuldades no encaminhamento dessas pacientes, mencionando situações em que estavam sendo direcionadas para atendimento fora do município. Diante desse cenário, afirmou que, como única vereadora mulher, considerou necessário destinar recursos específicos para a saúde da mulher. Argumentou que, muitas vezes, as mulheres priorizam o cuidado com a família e acabam deixando a própria saúde em segundo plano, deixando de realizar consultas ginecológicas e exames importantes, como ultrassonografias. Ressaltou ainda a existência de diversas mulheres enfrentando problemas como endometriose e varizes, reforçando que é fundamental garantir esse direito por meio de políticas públicas e ações concretas. Lamentou, no entanto, também ter recebido relatos de crianças e outras pessoas que não conseguiram realizar exames ou consultas e que precisaram recorrer ao atendimento particular, direcionando críticas à Secretaria de Saúde pela situação. Afirmou que vinha fazendo sua parte, destacando a destinação de recursos, inclusive a conquista de uma emenda no valor de 250 mil reais junto ao senador Cleitinho, voltada para o fortalecimento da atenção primária à saúde no município. Reforçou novamente a cobrança quanto à falta de transparência na fila do SUS, questionando a ausência de informações públicas sobre a quantidade de pessoas aguardando exames, consultas e atendimentos por especialidade. Destacou que a lei já havia sido aprovada pela Casa Legislativa, mas ainda não estava sendo cumprida. Informou que pretendia dialogar com os demais vereadores para definir as medidas cabíveis diante do descumprimento da legislação, solicitando, inclusive, ao presidente da Casa a realização de uma reunião para revisão das leis aprovadas na legislatura. Defendeu que o setor jurídico da Câmara adotasse as providências necessárias para garantir o cumprimento das normas, enfatizando que a lei deve ser efetivamente executada. Finalizou afirmando que a Casa Legislativa precisaria tomar medidas concretas diante das leis que não vêm sendo cumpridas, ressaltando que não seria possível permanecer inerte diante dessa situação. A vereadora afirmou que nunca havia questionado emendas de outros parlamentares, independentemente da finalidade, fosse para times de futebol ou qualquer outra área. Destacou que destinou uma emenda no valor de 30 mil reais para a saúde da mulher, considerando essa iniciativa extremamente importante, ainda que reconhecesse que o valor é insuficiente diante da demanda existente. Diante disso, pontuou que não via motivo para críticas à sua decisão, ressaltando que a destinação de emendas impositivas é um direito legítimo do parlamentar. Reforçou que sua escolha foi pautada em relatos concretos de mulheres que não conseguiram realizar exames essenciais, como ultrassonografias. Esclareceu que sua atuação não se limitava a essa emenda específica, mencionando outras destinações realizadas, como recursos para o berçário, pediatria e maternidade do hospital, além de instituições como o Lar São Vicente de Paula, Dog Lar,, Associação dos Congadeiros entre outras, incluindo ações voltadas à valorização da autoestima das mulheres. Afirmou que, como vereadora, não poderia ignorar as demandas relacionadas à saúde feminina, ressaltando que sua atuação não se tratava de uma questão de gênero ou ideologia, mas de responsabilidade e sensibilidade diante da realidade enfrentada por muitas mulheres. Destacou que a principal questão a ser enfrentada era a falta de transparência na fila do SUS, reiterando que a Prefeitura deveria divulgar, de forma clara, a lista de espera para exames e consultas. Argumentou que, se essa informação estivesse disponível,

muitos dos problemas enfrentados pela população poderiam ser evitados. Solicitou o apoio do colega vereador para cobrar providências do Executivo, ao invés de questionar sua emenda, enfatizando que o foco deveria estar nas falhas da administração pública e não nas iniciativas individuais dos parlamentares. Relatou ainda ter acompanhado casos de mães em situação de desespero por não conseguirem exames para seus filhos, orientando sobre os procedimentos necessários para obtenção de atendimento com urgência e mencionando requerimentos já apresentados sobre a questão dos exames e possíveis descontos. Reafirmou que estava fazendo o seu melhor enquanto vereadora, inclusive com a conquista de recursos no valor de 250 mil reais para a área da saúde, e reiterou que é seu direito definir a destinação de suas emendas. Por fim, pediu respeito por parte dos colegas vereadores, destacando que sua fala havia sido motivada pela defesa das mulheres e pela realidade que enfrenta como mãe. Ressaltou que compreende tanto a dor de uma mãe que não consegue atendimento para um filho quanto o sacrifício de muitas mulheres que deixam de cuidar da própria saúde para cuidar da família, reafirmando que sua emenda busca justamente oferecer essa proteção. Concluiu solicitando, mais uma vez, que os esforços sejam direcionados à cobrança do Executivo pelo cumprimento das leis e pela melhoria dos serviços públicos, especialmente na área da saúde. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente encerrou a sessão, convocando os vereadores para a próxima reunião ordinária, a ser realizada no dia 04 de maio de 2026, às 18:30h. Eu, Vereador, Fernando Luís Rabelo Lebron, secretário da mesa diretora, solicitei a lavratura da presente ata, que após lida, discutida e aprovada, será assinada por todos os presentes.

Ver. Fernando Luís Rabelo Lebron
SECRETÁRIO

Ver. Claudinei Vicente da Silveira
PRESIDENTE

Ver. Gilberto Arnaldo de Freitas
VICE-PRESIDENTE

Ver. Rafael Batista dos Reis
TESOUREIRO

Ver. Benedito Luiz da Silva

Ver. Gustavo Henrique Oliveira

Ver. João Vitor Leite Rabelo

Ver. Marcelo de Freitas dos Reis

Ver. Palmério Alex Castro Ferreira

Ver. Sérgio Damião Morais

Ver^a. Tirzah Teixeira de Freitas